

2. PROCESSO DISCIPLINAR INSTAURADO A VITOR NUNO ARANTES DA SILVA, BOMBEIRO MUNICIPAL DE 2ª. CLASSE, DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA – COMPANHIA DE BOMBEIROS MUNICIPAIS:

Submete-se à consideração do Executivo o processo disciplinar em epígrafe, em que o instrutor do processo, no seu relatório final, propõe, que a aplicação da pena de multa seja substituída por repreensão escrita ao trabalhador acima referida, nos termos previstos nas alíneas b) e c) do artº. 185º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

A referida deliberação deverá ser tomada por escrutínio secreto, atendendo à matéria em apreciação (artº 55º do anexo I, da lei nº 75/2013, de 12 de setembro).



Direção Municipal de Gestão Administrativa

Divisão dos Serviços Jurídicos e de Contencioso

À Excm^{ta} Municipal.

16.01.27

AUTOS DE PROCESSO DISCIPLINAR

ARGUIDO

Vitor Silva

(Bancário Municipal)

INSTRUTOR

Manuel Antunes

RELATÓRIO FINAL

1. INTRODUÇÃO

Por despacho proferido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Braga, de vinte e oito de julho de dois mil e quinze, foi mandado instaurar processo disciplinar contra **Vitor Nuno Arantes da Silva – bombeiro municipal**, tendo eu, Manuel Antunes, técnico superior jurista desta Câmara Municipal, sido nomeado instrutor, conforme despacho da mesma data.

O presente processo disciplinar foi instaurado com base nas informações prestadas pelo Chefe do Turno nº 3 Manuel da Silva Pereira, datado de 18 de junho de 2015, constante a fls. 3 do presente processo disciplinar.

2. INSTRUÇÃO

Em 26 de outubro de 2015, dei por iniciada a instrução do processo fls. 4 a 10:

Com efeito foram tomadas todas diligências, junto da Companhia de Bombeiros Municipais, com vista a esclarecer a verdade fazendo juntar aos autos os elementos constantes do registo pessoal do arguido, tendo sido apresentada prova documental constantes das fls. 1 a 3 e 17 a 19.

3. ACUSAÇÃO

Feita a investigação documental dos factos, nos termos do nº 2 do artigo 213º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP) foi por mim deduzida a seguinte acusação contra o arguido, por se ter apurado fundamento e condições legais passíveis de censura disciplinar.

Assim, dando cumprimento ao estipulado no nº 1 do artigo 214º do referido diploma legal, foi notificado pessoalmente o arguido da acusação (fls. 20 a 23) nos termos e fundamentos que agora se transcrevem:

26/7

“Por despacho proferido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Braga, de vinte e oito de julho de 2015, foi mandado instaurar processo disciplinar contra **Vitor Nuno Arantes da Silva – bombeiro municipal**, tendo eu Manuel Antunes, técnico superior jurista desta Câmara Municipal, sido nomeado instrutor, conforme despacho da mesma data.

O presente processo disciplinar foi instaurado com base nas informações prestadas pelo Chefe do Turno nº 3 Manuel da Silva Pereira, datado de 18 de junho de 2015, constante a fls. 3 do presente processo disciplinar.

Concluída a instrução, e de harmonia com o disposto com o nº 2 e 3 do artigo 213º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, adiante designada por LGTFP, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho, deduzo contra o arguido a seguinte acusação:

1º

O arguido, Vitor Nuno Arantes da Silva, bombeiro municipal, exerce funções nesta Câmara Municipal, na Companhia de Bombeiros Municipais.

2º

Como o trabalhador que exerce funções públicas está sujeito ao cumprimento de determinados deveres gerais, como sejam os deveres gerais de obediência e o dever geral de correção,

3º

que consistem em acatar e cumprir as ordens e em tratar com respeito os superiores hierárquicos (cfr. artigo 73º nº 2 alíneas f) e h) e nº 8 e 10 da LGTFP.

27
7.1

4º

No dia 17 de junho de 2015, pelas 23.50h, por ordem do Chefe de Serviço do Turno nº 3, foi destacado para efetuar um serviço de transporte de ambulância (ABSC) para o Hospital Privado.

5º

Após a ordem dada o bombeiro Vitor Silva, questionou o Chefe de turno Manuel Pereira, se era ele que iria realizar o serviço de maca,

6º

tendo-lhe este respondido que sim.

7º

O bombeiro Vitor Silva bem sabia que se encontrava escalado a reserva de INEM e,

8º

sabia também, que deveria acatar e cumprir a ordem do seu superior hierárquico Manuel Pereira, subchefe do turno 3º.

9º

Sabia ainda que a ordem era legal e foi dada em objeto de serviço.

10º

Todavia e embora contrariado, o arguido cumpriu a ordem que lhe tinha sido dada.

11º

Contudo, e já no interior da viatura/ambulância, abriu o vidro e voltando-se para o Chefe de Turno Manuel Pereira, seu superior hierárquico e por mais que uma vez disse-lhe: *"Você não presta para nada"*.

Ao praticar o facto constante na presente acusação, o arguido violou culposa e gravemente os deveres gerais prescritos no artigo 73º, nº 2 alínea a) e nº 3 (dever de prossecução do interesse público), artigo 73º nº 2 alínea e) e nº 7 (dever de zelo), artigo 73º nº 2 alínea h) e nº 10 (dever de correção), todos da LGTFP., a que está legalmente vinculado, de modo intencional e voluntário, bem sabendo que a sua conduta era contrária à lei.

A conduta do arguido é gravemente lesiva do prestígio e da dignidade da função que desempenha, na medida em que faz perigar o princípio da confiança que deve nortear a relação entre a administração e os administrados.

Com tal conduta, cometeu o arguido a infração prevista na alínea c) do artigo 185º da LGCT., aí punida com pena de multa por facto imputável ao trabalhador.

Contra o arguido não militam quaisquer circunstâncias agravantes.

O arguido beneficia da seguinte circunstância dirimente e atenuante da responsabilidade disciplinar:

- a) A prestação de mais de 10 anos de serviço com exemplar comportamento e zelo, prevista no artigo 190º nº 2 alínea a) da LGTFP;

- b) A confissão espontânea da infração, prevista no artigo 190º nº 2 alínea b) da LGTFP.

Prova documental a fls. 16 a 19 e 7 e 14.

Para apresentação da defesa escrita e de harmonia com o princípio definido no nº 1 do artigo 214º da LGTFP., fixo o prazo de 10 dias, a contar da data da receção da presente acusação.

Durante o prazo acima referido, o arguido poderá consultar o processo na Divisão de Serviços Jurídicos e Contencioso desta Câmara Municipal, em horário de expediente, podendo entregar em sua defesa quaisquer documentos que repute necessários, nos termos do disposto no artigo 216º da LGTFP."

4. DEFESA

No cumprimento do prazo fixado para o efeito, o arguido nada disse.

5. FACTOS PROVADOS E NÃO PROVADOS

- a) Dos dados constantes do processo pessoal verifica-se que o arguido nascido em 27-07-1975, filho de António Alves Silva e Maria dos Anjos Torres Arantes detém atualmente a categoria de Bombeiro Municipal de 2ª classe.
- b) Auferir um vencimento base mensal de 772.70 € líquidos.
- c) O arguido tem a seu cargo um filho de 11 anos que se encontra a estudar.
- d) Que desde 1998 a 2009 obteve a classificação de Bom (fls. 19.1. A partir de 2010, começou-lhe a ser aplicado o novo sistema de avaliação, SIADAP, tendo-lhe sido atribuído a classificação de Adequado.
- e) Ficou provado que o arguido quando lhe foi dada uma ordem para cumprir um serviço para o qual se encontrava devidamente escalado, embora cumprindo a ordem que tinha sido dada, já no interior da viatura/ambulância, abriu o

vidro e voltando-se para o Chefe de Turno Manuel Pereira, seu superior hierárquico e por mais que uma vez disse-lhe: *“Você não presta para nada”*. (fls. 3, 11, 12 e 14).

Deste modo, o arguido violou os deveres gerais prescritos no artigo 73º, nº 2 alínea a) e nº 3 (dever de prossecução do interesse público), artigo 73º nº 2 alínea e) e nº 7 (dever de zelo), artigo 73º nº 2 alínea h) e nº 10 (dever de correção), todos da LGTFP., a que está legalmente vinculado, de modo intencional e voluntário, bem sabendo que a sua conduta era contrária à lei.

6. MOTIVAÇÃO:

Os factos dados como provados assentam numa apreciação crítica global de toda a prova produzida no seu conjunto, nomeadamente:

- Participação feita pelo Chefe de Serviço do Turno nº 3 Manuel Pereira, (fls. 3 e 11);
- Declarações do arguido (fls. 14 e 15);
- Declarações das testemunhas, (fls. 12 e 13).

7. DECISÃO

O arguido beneficia das seguintes circunstâncias atenuantes:

- Dos elementos fornecidos pelo departamento dos Recursos Humanos verifica-se que contra o arguido não militam quaisquer circunstâncias agravantes, ao invés verifica-se que o arguido por deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de 14-06-2012, foi-lhe atribuída a “Medalha Municipal de Dedicção” grau cobre, que de acordo com o Regulamento de Concessão de Condecorações Municipais, se destina a galardoar os Funcionários do Município que, cumprindo 15 anos completos de serviço efetivo e que ao longo deste período e no exercício do seu cargo tenham revelado comportamento exemplar e reconhecida dedicação (fls.19).

- Que desde 1998 a 2009 obteve a classificação de BOM (fls. 19.1); Que em 2010, 2011, 2012 e 2013 e já ao abrigo do SIADAP, aplicado às autarquias locais, obteve a classificação de adequado.

- Por sua vez o arguido admite *"por se encontrar um pouco nervoso ter dito e forma perceptível ao chefe Manuel Pereira Você não presta para nada. Mais diz que "não tem qualquer queixa do Chefe Manuel Pereira e que só disse o que disse por se encontrar demasiado nervoso".* (fls.14). Está arrependido do ato praticado, propondo-se doravante a não voltar a prevaricar em casos análogos.

De facto cometeu o arguido uma infração disciplinar por violação dos deveres gerais prescritos no artigo 73º, nº 2 alínea a) e nº 3 (dever de prossecução do interesse público), artigo 73º nº 2 alínea e) e nº 7 (dever de zelo), artigo 73º nº 2 alínea h) e nº 10 (dever de correção), todos da LGTFP, a que está legalmente vinculado, de modo intencional e voluntário, bem sabendo que a sua conduta era contrária à lei, punível com pena de multa – alíneas b) e c) do artigo 185º da LGTFP.

Contudo, em conformidade e no caso em apreço, importa ponderar todas as circunstâncias do caso concreto, designadamente o grau de ilicitude do facto da culpabilidade, o grau de violação dos deveres impostos ao arguido, as exigências de prevenção geral e especial, bem como a sua situação económica e o facto de ter mostrado arrependimento, propomos à Exmª Câmara, porquanto entendemos ajustada, que a aplicação da multa seja substituída por repreensão escrita.

Câmara Municipal de Braga, 26 de janeiro de 2015

O Instrutor


(Manuel Antunes)